

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.204 - DF (2019/0325820-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : JANAIR LIAL DE SOUSA
ADVOGADO : VINICIUS MOREIRA CATARINO - DF023313

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. VEICULO APREENDIDO EM RAZÃO DE TRAFEGAR SEM EMPLACAMENTO E LICENCIAMENTO. ART. 230, INCISO V DA LEI 9.503/97. MEDIDA ADMINISTRATIVA. RETENÇÃO E NÃO APREENSÃO. DESPESAS DE GUINCHO E DIÁRIAS. LIMITADAS A TRINTA DIAS. APLICAÇÃO. DA LEI 13.160/2015. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

1. '1. Remoção do veículo em razão de infração de trânsito. Medida administrativa. Infringência do art. 230, V, da Lei nº 9.503/97. A remoção é medida que antecede a aplicação de penalidade de multa e/ou apreensão do veículo. Ilegalidade de condicionar à liberação do veículo ao pagamento de multas e taxas. Proibição constitucional do confisco. Possibilidade de exigência das despesas de guincho 'e diárias de depósito, limitada ao período máximo de 30 dias. Precedente do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.'. - Precedente: (TJRS. Processo: -AC 700040677411 RS.

Relator (a): Carlos Roberto Lofego Canibal. Julgamento: 25/1.1/2011. Órgão Julgador: Primeira Câmara Cível. Publicação: Diário da Justiça do dia 18/01/2012).

2. Tendo a Lei 13.160, publicada em 25.08.2015, entrado em vigor no dia 25.01.2016, conforme disposto no seu art. 4.º não pode retroagir para alcançar fatos pretéritos à sua vigência. Assim, uma vez que o veículo do autor foi recolhido no dia 20/11/2015, não se aplica ao caso a inovação legal.

3. Recurso de apelação conhecido e não provido"

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 135/141e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

Superior Tribunal de Justiça

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DAS PECHAS APONTADAS. REJEIÇÃO.

1. Omissão, contradição e obscuridade e erro material são as hipóteses exaustivas de cabimento dos embargos de declaração, previstas no art. 1022 do Código de Processo Civil.
2. Não identificada a existência das pechas imputadas ao acórdão embargado - como na hipótese dos autos -, a rejeição dos embargos de declaração é medida que se impõe.
3. Embargos de declaração rejeitados" (fl. 149e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 271, § 10 e 328, § 5º, do CTB, sustentando a possibilidade de cobrança de diárias por estadia de veículos nos pátios até o limite de 6 meses, diante das alterações promovidas pela Lei 13.160/2015. Aduz, ainda, que, "mesmo que o veículo tenha sido apreendido em momento anterior, se, ao tempo da entrada em vigor da Lei 13.160/2016 (25/01/2016), o veículo ainda se encontrava no pátio, passam a incidir as disposições do novel normativo, devendo ser reiniciada a contagem das diárias" (fl. 163e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Contrarrazões não apresentadas (fl. 166e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 167/170e).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, quanto à alegação de que, "mesmo que o veículo tenha sido apreendido em momento anterior, se, ao tempo da entrada em vigor da Lei 13.160/2016 (25/01/2016), o veículo ainda se encontrava no pátio, passam a incidir as disposições do novel normativo, devendo ser reiniciada a contagem das diárias" (fl. 163e), o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada aos dispositivos tidos como violados não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Ademais, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que:

"Quanto à alegação do réu de que a Lei nº .13.160/2015 que disciplinou o prazo máximo de cobrança das diárias para seis meses deve se aplicar ao autor entendo que tal alegação não merece prosperar.

O que se depreende da análise dos autos que é bem verdade que a referida lei não inovou sobre a cobrança das despesas de estadia dos veículos nos pátios. Entretanto, esta inovou ao disciplinar o prazo máximo de 06 (seis) meses para a cobrança de tal despesa, in verbis:

(...)

Ademais, como bem sustentou o. apelado em suas

contrarrazões, somente após a edição da Lei 13.160/201-5, que foi instituído no mundo jurídico a regra que 'A cobrança das despesas com estada no depósito será [ia] limitada ao prazo de seis 'meses.' (§ 10º, do art. 271 e - § 5º do art. 238), sendo que a Portaria MJ nº 1.070/15 e a Instrução Normativa nº 060/15 prevê apenas os valores e forma de cobrança das despesas de estada, nada falando quanto a prazos" (fls. 127/128e).

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**
4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.
5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Superior Tribunal de Justiça

I.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora

